

O tradutor como *função enunciativa*: uma análise de autotradução

Paula Ávila Nunes*

Resumo: Este trabalho realiza a análise de um estudo de caso de autotradução. Dado que, nesse tipo de processo tradutório, a figura do autor e do tradutor parecem se fundir em uma só, o objetivo é evidenciar como essa sobreposição pode ser analisada enunciativamente, por meio das marcas textuais contidas tanto no texto original quanto no texto traduzido. Para tanto, toma-se um dos trabalhos de um conhecido autotradutor – Samuel Beckett – como *corpus*, a saber, *En attendant Godot* (1949), e sua autotradução, *Waiting for Godot* (1953), dos quais são explorados dois exemplos. O cotejo entre ambas deve permitir tecer considerações sobre como algumas diferenças encontradas de um texto para outro podem servir de base para se pensar o tradutor como função enunciativa.

Palavras-chave: Autotradução; Teoria da Enunciação; função enunciativa.

Abstract: The present study undertakes an analysis of a case study of self-translation. Given that in this kind of translation process the figure of the author and that of the translator seem to merge into one, we attempt to demonstrate how this superposition may be analyzed enunciatively, through textual marks in both original and translation. In order to do that, we take one of the works of a renowned self-translator – Samuel Beckett – as corpus, namely *En attendant Godot* (1949), as well as its self-translation – *Waiting for Godot* (1953), of which two examples are explored. The comparison between these works should allow us to exposit some considerations on how some of the differences encountered from one text to the other may serve as the basis for us to think of the translator as an enunciative function.

Keywords: Self-Translation; Enunciative Studies; Enunciative Function.

“Um ser humano realiza um ato de tradução, no pleno sentido da palavra, quando recebe uma mensagem verbal de qualquer outro ser humano”. Assim, George Steiner (1998:48) definia a amplitude do campo da tradução. Não é de surpreender, portanto, interesse que essa área despertou nos últimos anos, não só entre os pensadores da linguagem *stricto sensu* (nas áreas de Linguística e de Literatura), como também entre sociólogos, psicanalistas, cientistas sociais, etc. No entanto, mesmo que haja discussão, há ainda, como aponta Aubert (in BENEDETTI, 2003), um hiato entre o que é pensado e o que é efetivamente produzido, em termos de trabalhos acadêmicos, sobre tradução. É na tentativa de contribuir não só para o pensamento como para a produção científica sobre o assunto que este trabalho procura se posicionar.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essa tentativa ganha ainda mais importância uma vez que o tema a ser tratado apenas recentemente tem atraído mais fortemente a atenção de tradutores: a autotradução. A modalidade é tão periférica nos estudos sobre o fenômeno tradutório que mesmo Jakobson (2003a), em sua famosa divisão tripartida dos modos de tradução (interlinguística, intralinguística e intersemiótica), não a contemplou, por qualquer que seja o motivo.

É possivelmente a especificidade desse tipo de tradução que lhe confere a menor gama de estudos sobre o assunto, sem esquecer que as instâncias em que a autotradução se faz presente são bem menos numerosas do que aquelas da “tradução propriamente dita”, para utilizar os termos de Jakobson. Contudo, é justamente por esse caráter de *especificidade* que a autotradução atrai: para o autor/tradutor, ela pressupõe um mesmo indivíduo, mas uma posição frente ao seu texto que é radicalmente diferente; para o leitor, conforme nos sugere St-Pierre (1996), a autotradução é mais fiel, pois, uma vez que é o próprio autor que traduz seu trabalho, não há possibilidade de um erro, equívoco ou mesmo má tradução. Em outras palavras, não se costuma questionar o estatuto de fidelidade e de validade quando o que está em jogo é a autotradução.

Em meio a essas peculiaridades, que parecem atrair muito mais teóricos da literatura do que linguistas, é que emerge o objetivo deste trabalho: investigar a modalidade autotradutória a partir de um ponto de vista – linguístico, é preciso que se diga – que contemple sua singularidade. E quando os termos *linguístico* e *singularidade* caminham juntos, normalmente rumam a uma linguística específica, a da Enunciação¹, representada, neste trabalho, pela teoria computada a Émile Benveniste e cujos pressupostos que esteiam este trabalho são expostos adiante. Antes, porém, é necessário observar que a opção por essa visada teórica deriva imediatamente de algumas considerações que creio ser aplicáveis à autotradução. A primeira delas é a de que, se a autotradução pressupõe um mesmo indivíduo, atuando como autor e tradutor, ela também pressupõe condições enunciativas diferentes, além de, conseqüentemente, se configurar em situações enunciativas diferentes. Apenas a título de exemplo, na obra dita original, o escritor é visto como um *criador*, enquanto que, na tradução, não passa de um *reprodutor*. Tais colocações acentuam a constante que parece haver nos estudos de tradução, levando em conta também a figura do tradutor. Dessa forma, é lícito

¹ Serão utilizadas, ao longo deste texto, duas grafias para a palavra *enunciação*. Quando a primeira letra for grafada em maiúscula, a referência é ao campo de estudos, ao passo que a grafia em minúscula se relaciona ao “ato mesmo de produzir um enunciado” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

dizer que, para analisar o fenômeno da autotradução, é necessário observá-lo sob o prisma de uma teoria que coloque o sujeito no centro de sua análise. E a Teoria da Enunciação dispõe do aparato teórico-metodológico para tanto.

A segunda consideração diz respeito ao *status* que a autotradução tem em relação à obra de um autor. Por se tratar de um processo linguístico e, portanto, subjetivo, poderíamos antecipar que o produto resultante da autotradução é diferente daquele que resultaria do trabalho de um tradutor que não fosse o próprio autor. Isso se deve, ao menos preliminarmente, ao fato de que o autotradutor estabelece uma relação única com sua obra, o que o permite traduzi-la de uma forma que ninguém mais poderia fazer, a não ser ele próprio. E é justamente sobre essa relação única entre autor-obra-tradutor que a análise enunciativa toma lugar, com vistas a observar as singularidades que fundam essa relação e seus efeitos no texto traduzido, permitindo-nos tratar o tradutor como uma *função enunciativa*, termo cunhado por Foucault (2005), em referência a um modo singular de existência do enunciado².

Assim, por se tratar de uma teoria da singularidade do uso linguístico, tem-se, como consequência, a necessidade de análise de um caso específico, mesmo que, dessa análise, derivem considerações que possam ser estendidas e generalizadas a outros casos. No âmbito da autotradução, ninguém parece tê-la utilizado tão frequentemente e de forma tão particular como Samuel Beckett (1906-1989). A grande quantidade de trabalhos de críticos literários sobre suas autotraduções permite evidenciar o quanto profícua é a abordagem do tema tendo os textos beckettianos como *corpus*. Assim, para efeitos de ilustração dessa *função enunciativa*, faço uso de dois textos do autor como objeto de estudo: *En attendant Godot* e *Waiting for Godot*. A análise de ambos deverá evidenciar a possibilidade e viabilidade de se pensar em uma abordagem enunciativa da autotradução. Ao mesmo tempo, deve também fornecer elementos que comprovem a hipótese de que o (auto)tradutor desempenha uma função em relação à sua tradução, que pode ser observada e descrita através de uma análise enunciativa.

Conceitos da Teoria da Enunciação benvenistiana que interessam a uma abordagem enunciativa da tradução

² É importante a ressalva de que tomo emprestado apenas o termo foucaultiano, sem que, com isso, passe a incorporar as ideias do autor no estudo.

A pequena quantidade de reflexões sobre tradução por parte dos pensadores do campo da Enunciação deixa claro que a relação entre os dois campos não foi ainda pensada com a devida dedicação. Disso resulta a necessidade imediata, imposta a todos aqueles que queiram observar o fenômeno tradutório pelo prisma enunciativo, de (1) forjar uma metodologia que, ao mesmo tempo em que opere com os conceitos próprios ao campo enunciativo, contemple o processo tradutório como um modo particular de produção de sentidos; e de (2) optar por uma teoria da enunciação que seja flexível o suficiente para comportar questões da tradução.

Nesse sentido, a opção é pela teoria de Émile Benveniste pelo fato de que alguns dos conceitos fundamentais do sistema de pensamento benvenistiano parecem ser extremamente produtivos para se pensar a prática tradutória. Dessa forma, para traçar o esboço de uma metodologia de análise, é útil recuperar alguns desses conceitos, tais como a noção de *sujeito* e de *subjetividade* (que implica diretamente uma revisão das relações *eu-tu/ele*), a noção da relação *forma* e *sentido*, e as noções de *semântico* e *semiótico*. Cada um deles deve ser explorado em sua gênese, isto é, entendido no universo dos trabalhos de Émile Benveniste, bem como pensados em sua articulação com os estudos sobre tradução. É isso o que se pretende realizar a seguir.

Sujeito e (inter)subjetividade

Ao justificar anteriormente a convocação da Teoria da Enunciação benvenistiana para a análise do processo autotradutório, enfatizei a necessidade de se adotar uma teoria que contemplasse não só o enunciado (o produto, o texto traduzido), mas também o autor/tradutor. Isso poderia levar à ideia equivocada de que o que gostaria de abordar é, em última instância, o *sujeito* que traduz. No entanto, conforme bem lembra Flores (no prelo), a Linguística, seja ela qual for, não dispõe do aparato teórico-metodológico para abordar o *sujeito*. Isto, na verdade, impõe-se como um grande equívoco na interpretação das teorias da enunciação: não se trata de abordar o sujeito *per se*, mas os *efeitos* da enunciação desse sujeito, marcados nos enunciados, o que comumente é referido como *as marcas do sujeito no enunciado*. Dito de outra forma, não se estuda, em Enunciação, o sujeito *stricto sensu*, mas a *subjetividade na linguagem* (cf. infra).

Um outro ponto a ser considerado é que, ao fazer uso do termo *sujeito*, refiro-me a uma categoria teórica, e não empírica. Uma leitura atenta dos textos de Benveniste permite observar que mesmo que os termos *homem*, *locutor* e *sujeito* sejam por vezes usados com sentidos muito parecidos, ou mesmo de forma intercambiável, há uma diferença fundamental entre eles, que pode ser inferida da seguinte afirmação em *Da subjetividade na linguagem*: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (1995, p. 286 – grifos do autor). Essa passagem exhibe claramente que, uma vez que tomamos a linguagem como objeto de estudo, não mais tratamos do *homem*, mas do *sujeito*. Ou seja, *sujeito*, termo de interesse aqui, não equivale ao ser empírico, ao homem, mas a um *efeito* manifestado através do que Flores (no prelo) chama de *sintaxe da enunciação* (cf. infra)³.

Isto posto, é preciso responder ainda pelo menos uma pergunta: o que é a *subjetividade na linguagem* de que fala Benveniste? O próprio autor a responde ao afirmar que “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (1995, p. 286). Essa propriedade fundamental da linguagem é manifestada na própria língua: “a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e *nos caracteres linguísticos* que marcam esta relação” (1989, p.82 – grifo meu). Ou seja, a subjetividade é expressa na língua, devendo o linguista observá-la tanto com relação àquele que enuncia, quanto às marcas deixadas por ele nos enunciados. É disso que trata a Enunciação.

Mas as implicações da subjetividade adquirem uma dimensão ainda maior na obra benvenistiana, sobretudo por ser resultado de uma *intersubjetividade*. De um lado, a subjetividade, através da apropriação, por parte do sujeito, do aparelho formal da língua, “introduz aquele que fala em sua fala” (Benveniste, 1989, p.84) e “não é mais que a emergência do ser de uma propriedade fundamental da linguagem” (1995, p. 286), a que Benveniste acrescenta: “é ‘ego’ que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* linguístico da pessoa” (idem – grifos do autor). De outro lado, essa mesma subjetividade não existe senão como consequência da intersubjetividade, pois

³ É importante ressaltar que o termo “sujeito” tampouco se trata de um sujeito sintático, categoria gramatical, assim como a “sintaxe”, no sintagma “sintaxe da enunciação” não se relaciona à sintaxe gramatical.

a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa como eu (idem – grifos do autor). (BENVENISTE, 1995. p. 286)

Assim, uma vez que o sujeito se põe como locutor, implanta o outro diante de si, qualquer que seja o estatuto desse alocutário. A relevância dessa noção precisa ser sublinhada: mesmo um autor, ao compor sua obra, tem um alocutário em mente, ainda que este não esteja verdadeiramente presente. É o que chamamos de leitor em potencial. E qual a implicação disto para a autotradução? O fato de que a própria presença, ainda que virtual, de um alocutário condiciona a enunciação do autor. Uma vez que, em tradução, há sempre alteração de alocutário, é lógico afirmar que essa condição imprime mudanças na própria enunciação do autor/tradutor.

A relação *forma* e *sentido* e as marcas do sujeito no enunciado

Para entender o que considero como as “marcas do sujeito no enunciado”, partamos de uma importante passagem do texto *O Aparelho Formal da Enunciação*: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de *índices específicos*, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro” (Benveniste, 1989, p. 84 – grifos meus). Desse excerto, podemos elaborar a seguinte conclusão: há duas formas do sujeito se marcar na língua, sem que haja, no entanto, uma hierarquia entre elas. A primeira concerne ao que Benveniste chama de “índices de ostentação” (idem) e se relaciona a certos elementos linguísticos que “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é produzida, e cada vez eles designam algo novo” (ibid., p. 85). Dessa forma, o sujeito “se marca na língua” através de elementos cuja função é precisamente permitir que essa marcação apareça. Esse grupo é constituído, de certa maneira, por um número finito de elementos e de categorias (pronomes, tempos verbais, etc.) que são promovidos à existência *pela* e *na* enunciação. São esses os elementos frequentemente atribuídos a uma análise enunciativa.

No entanto, se tais elementos figuram como marcadores de subjetividade, há ainda o que Benveniste chama de “procedimentos acessórios”, e que designo aqui como uma *outra forma* do sujeito se marcar no que diz. É no escopo desses procedimentos acessórios que vejo a relação entre *forma* e *sentido* se estabelecer, pois “forma e sentido devem definir-se um pelo

outro e devem articular-se juntos *em toda a extensão da língua*” (Benveniste, 1995, p. 135 - grifo meu). Assim, se, de um lado, os índices de ostentação são, por excelência, aqueles que permitem ao sujeito se marcar no que diz, por outro lado, a relação entre *forma* e *sentido*, ao permear toda a língua, é, também, um modo fundamental de marcação do sujeito na estrutura linguística. É essa relação, sempre singular, entre *forma* e *sentido* que chamo de “a segunda forma de se marcar na língua” e que constitui um grupo infinito de possibilidades.

Cabe acrescentar, ainda, que é esta relação singular entre *forma* e *sentido* que configura a *sintaxe da enunciação*, termo este fundamental para pensarmos uma análise enunciativa nos moldes que proponho aqui. Vale recorrer, assim, às considerações de Flores (no prelo):

É sobre esse ponto que vemos a possibilidade de falar de *sujeito da enunciação*, de *sujeito que advém da enunciação*, que se manifesta via *sintaxe da enunciação*, cuja característica mais evidente é a de ser uma relação particular entre *forma* e *sentido*. Para utilizar uma metáfora, a enunciação é uma espécie de “funil” por onde o locutor faz passar a língua para tentar garantir um sentido (FLORES, no prelo, p. 27 – grifos do autor).

Como é constatado da leitura do trecho acima, *forma* e *sentido* são fundamentais para a configuração de uma *sintaxe da enunciação* e, conseqüentemente, para se pensar sobre o *sujeito da enunciação*. Ademais, o excerto anterior propõe uma visão de enunciação que pode ser de grande valia para pensarmos a tradução: o fato de que toda a enunciação é uma tentativa de *afunilamento do sentido*.

Ao transpormos essa ideia para o campo tradutório, seria lícito pensar na seguinte formulação lógica:

- (1) toda a tradução é também uma nova enunciação;
- (2) a enunciação é uma tentativa de afunilamento de sentido, logo
- (3) *toda a tradução é também uma tentativa de afunilamento do sentido.*

Como exemplo, poderíamos lembrar as notas dos tradutores, que frequentemente explicitam escolhas feitas na tradução, ao optar por um termo ou por outro como equivalente para determinada unidade no texto-fonte. Esse tipo de recurso revela a tentativa, por parte do tradutor, de controlar as interpretações que irão surgir a partir de sua tradução, ainda que, em contrapartida, seu próprio texto traduzido seja, por sua vez, já uma interpretação.

Isso posto, é possível formular outra conclusão a respeito da tradução: por ser um afunilamento de sentido, ela pressupõe um ato interpretativo, e a figura do tradutor instaura

um *tentativa* de controle dos sentidos de ambos texto original e da própria tradução, determinando os sentidos que ali podem ou não e devem ou não estar. Dessa forma, interessa observar de que forma essa tentativa é realizada quando o que está em pauta é a autotradução.

Semântico e Semiótico

Benveniste, ao se referir brevemente à tradução, opera com dois conceitos basilares a seu pensamento, a que chama de “dois modos distintos de significância” (p. 64): o *semiótico* e o *semântico*.

Por *semiótico*, entende-se um modo de significação em que o sentido é “fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo” (p. 21). Ou seja, no plano semiótico, o que está em jogo é a “significância dos signos” (p. 66), dada apenas pela oposição (cf. a conclusão de Saussure de que na língua só existem diferenças), e tomada como propriedade intrínseca da língua. O sentido semiótico advém de uma relação paradigmática e opositiva, e os signos operam através de um valor conceitual e genérico, motivo pelo qual a função semiótica é a de significar, não de comunicar. O semiótico significa apenas por oposição. Por isso, ainda segundo Benveniste, não importa determinar *qual* o sentido, mas se *há* sentido.

Radicalmente diferente é o plano *semântico*, em que “é preciso *compreender* e *distinguir*” (p. 22 – grifos meus). É no nível semântico que se pode determinar, então, *qual* é o sentido. A unidade deixa de ser o *signo* e se torna a *palavra*. Consequentemente, o sentido semântico, diferentemente do semiótico, é particular, estabelecido por uma relação sintagmática, de engendramento, e não é mais propriedade constitutiva, mas o resultado da língua em ação. Também é o plano semântico que faz com que a função da língua deixe de ser apenas a de significar, e passe a ser a de comunicar.

Assim, Benveniste conclui que duas são as propriedades constitutivas da linguagem. A primeira, constitutiva de sua natureza, diz respeito ao fato de a língua ser formada por unidades significantes [signos]; a segunda, constitutiva de seu emprego, ao fato de a língua poder arranjar esses signos de maneira significativa. E ainda mais importante: as duas propriedades “comandam duas análises diferentes” (p. 99). Pelo fato de que a “língua-discurso constrói uma semântica própria” (p. 233), é no plano semântico que repousa uma análise enunciativa: “a ordem semântica *se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso*” (p. 65-66 – grifos meus). É por isso que, em última análise, a Linguística da

Enunciação é, por excelência, uma semântica da enunciação, e interessa-se por “como do signo [semiótico] se pode passar à fala [semântica]” (p. 66).

Análises: exemplo de funcionamento específico da autotradução

Uma vez explicitadas as categorias relevantes para uma análise enunciativa da autotradução, a saber, *sujeito*, *subjetividade*, *forma* e *sentido*, e *semiótico* e *semântico*, prossigamos, então, para a especificação de como tais categorias se articulam no texto beckettiano, configurando um tipo enunciativo particular. Para tanto, é necessário, segundo Benveniste, considerar, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (1989, p. 83). Por isso, é possível conceber uma ordem de exposição dos dados que obedece aos seguintes termos:

- (1) descrição dos instrumentos linguísticos;
- (2) explicitação de como tais instrumentos funcionam em um dado contexto enunciativo; e
- (3) caracterização de como os instrumentos e seus funcionamentos configuram um tipo enunciativo particular, no nosso caso, o tipo enunciativo da autotradução para Beckett.

Compõem os dados excertos da obra *En attendant Godot* (EAG)⁴, escrita em 1948 e publicada em 1952, e sua autotradução *Waiting for Godot*⁵ (WFG). Cabe a lembrança de que as duas obras foram analisadas em toda a sua extensão e de forma contrastiva.

Escolhidas as obras, o primeiro procedimento foi, a partir de ambas, selecionar apenas as instâncias em que foram verificadas diferenças entre original e tradução. Foram consideradas, dessa forma, três tipos de diferenças, sempre tendo em vista o movimento de tradução do francês para o inglês: *inclusões* (de falas ou de rubricas, visto que se trata de um texto teatral), *exclusões* (igualmente de falas ou de rubricas) e *alterações lexicais*. A primazia na seleção pelas diferenças deve ser vista apenas como um artifício para ressaltar a singularidade que impregna o processo de autotradução, sem que faça, no entanto, com que a subjetividade do autor/tradutor seja restrita apenas a elas, pois, do ponto de vista enunciativo, o sujeito está em toda a manifestação enunciativa, e não somente em marcas específicas.

⁴ A versão utilizada é a de 1952, das *Editions de Minuit*.

⁵ A versão utilizada é a de 2006, da editora *Faber and Faber*. Essa versão é apenas uma reimpressão da original, produzida em 1956.

Autotradução como possível criadora de condições para o re-estabelecimento da correferência

Um dos aspectos fundantes do ato enunciativo está na sua capacidade de criar referência e correferência. A referência pode ser entendida, dentro do aporte teórico benvenistiano, como “a significação singular e irrepitível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor” (FLORES ET AL., 2009, p. 197). Portanto, há uma relação que o locutor estabelece com o mundo, com sua própria enunciação e com a enunciação do outro, que deve também, ao menos idealmente, ser traduzida na língua-alvo, impondo ao tradutor talvez uma das maiores dificuldades: a transposição da referência estabelecida no texto original para o texto traduzido. A tarefa assume uma complexidade ainda maior, dado a especificidade da enunciação escrita. Como ainda afirma Benveniste,

seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (BENVENISTE, 1989, p. 90).

Ou seja, a questão da referência, na enunciação escrita, precisa ser mais bem delineada. Trata-se, no caso da obra proposta para análise, de uma tentativa de estabelecimento de correferência em três níveis distintos: entre autor e público leitor/espectador, entre autor e atores – leitores da obra como um *script* para a encenação, e entre os próprios personagens da obra, sempre mediado pelo texto. O estabelecimento da correferência entre os locutores-personagens é fundamental para que o texto faça sentido, mas esse sentido também depende da correferência estabelecida com o leitor/espectador. Temos, dessa forma, uma problemática única nas autotraduções em Beckett. E, para endereçá-la, é útil partir de uma comparação com a tradução interlinguística.

Se pensarmos em como as condições para o estabelecimento de correferência são reconstruídas no texto traduzido, em contextos outros que os autotradutórios, em geral vemos a acentuação da figura do tradutor como *mediador* dessa recuperação referencial: sua voz se marca, sobretudo, nas notas de tradução, na tentativa de *recuperar* as condições para que a correferência se instaure. Contudo, ainda que esse seja um procedimento comum, não podemos aplicá-lo à obra de Beckett, pelo simples fato de não haver uma nota de rodapé

sequer em qualquer uma de suas traduções, salvo quando as mesmas já existiam no original. Na verdade, muitos leitores das obras beckettianas permanecem ignorantes do fato de que se trata, muitas vezes, de uma tradução. Isso impõe, de imediato, uma situação específica: o leitor de Beckett tem em sua frente um único texto, em francês ou em inglês, original ou tradução. O analista, por seu turno, mesmo que trabalhe com apenas uma das obras, tem a visão global e é cognoscente da existência de um outro texto. O analista, em maior ou menor medida, tem a possibilidade de escutar os ecos que o texto escrito primeiro fazem ressoar no segundo, na dita tradução. Em suma: enquanto o leitor de Beckett lê o texto em sincronia, o analista os vê em uma diacronia, que não deixa apagar a existência concomitante de dois textos.

Dessa visão privilegiada do analista, deriva a tarefa aqui. Ao afirmar que um dado mecanismo não tem o mesmo *status* no texto beckettiano autotraduzido que teria em uma tradução do mesmo texto feita por outrem, isso não quer dizer, porém, que a voz de Beckett não é ouvida nos textos traduzidos, mas que os instrumentos pelos quais ele o faz diferem bastante daqueles comumente utilizados em traduções interlinguística. Cabe, então, uma análise de como tais mecanismos se tornam específicos nas mãos e na criatividade do autor: se, de um lado, as *inserções* foram um dos aspectos observados na comparação entre EAG e WFG, elas não parecem ser o mecanismo pelo qual o autor re-estrutura a correferência. Restamos, assim, observar as diferenças oriundas de *alterações* e de *omissões*. E, para tanto, observaremos um fenômeno único presente nas obras analisadas: a tradução de nomes próprios.

A reconstrução das condições de correferência através da tradução de nomes próprios: alterações e omissões

Um dos artifícios mais interessantes utilizados por Beckett para a recriação das condições de correferência se dá na tradução de diversos nomes próprios que aparecem ao longo da obra, ora alterando-os, ora omitindo-os. Examinemos alguns desses casos a seguir. Atentemos para o seguimento⁶:

⁶ Todos os trechos foram transcritos mantendo a exata forma como se encontravam no original.

ESTRAGON. – Ça fait combien de temps que nous sommes tout le temps ensemble ?

VLADIMIR. – Je ne sais pas. Cinquante ans peut-être.

ESTRAGON. – Tu te rapelles le jour où je me suis jeté dans la Durance ?

VLADIMIR. – On faisait les vendages. (p. 74)

ESTRAGON: How long have we been together all the time now?

VLADIMIR: I don't know. Fifty years perhaps.

ESTRAGON: Do you remember the day I threw myself into the Rhône?

VLADIMIR: We were grape-harvesting. (p. 47)

Ainda que a tradução desses elementos (nomes próprios) não seja uma matéria de consenso entre teóricos da tradução⁷, observamos que, para Beckett, ela é um dos mecanismos pelos quais ele promove a possibilidade de reconstrução da correferência para o leitor anglófono. Enquanto *Durance* é o rio mais famoso da região provençal na França, sendo provavelmente conhecido do leitor francês, nada garante que o leitor do texto em inglês o conheça. Beckett opta, então, por traduzi-lo, ou melhor, substituí-lo, pelo nome de outro rio, dessa vez maior, e que não se restringe apenas à França. Obviamente, tal opção não garante, ainda, que o leitor do texto em inglês o conheça, e, por isso, não referimos a uma *reconstituição da correferência*, pois nunca se tem a garantia de que ocorra, mas em *condições* para que ela aconteça. Tal procedimento marca uma estratégia por parte do autor/autotradutor, instaurando um funcionamento que parece ser absolutamente particular.

No entanto, se, como vemos no exemplo brevemente analisado, há uma instância que marca a tentativa de recuperação das condições de correferência, o que nos garante que, ao retomá-la no texto em inglês, Beckett produz condições para que a *mesma* correferência se instaure? Em outras palavras, ao traduzir, não estaria ele criando uma *outra* e *nova* (cor-) referência? Tento responder a essa indagação com a observação de dois outros exemplos.

Em um diálogo no primeiro ato da peça, Pozzo diz a Vladimir e Estragon: “*Qu'est-ce que j'ai fait de ma pipe?/What have I done with my pipe?*”. Um pouco depois, Pozzo e Estragon protagonizam a seguinte passagem:

POZZO. - J'ai perdu mon Abdullah!

POZZO: I've lost my Kapp and

⁷ Ver, por exemplo, Derrida (2002).

ESTRAGON (*se tordant*). - Il est
tordant ! (p. 48)

Peterson!
ESTRAGON: [convulsed with
merriment] He'll be the death of me. (p. 28)

Atentemos para as possíveis interpretações que ambos os recortes produzem. Em francês, Pozzo perde um *Abdullah*, palavra que não remete ao objeto que ele realmente perdeu (seu cachimbo), que inferimos de sua indagação anterior (“Qu’est-ce que j’ai fait de ma pipe?”/“O que fiz com meu cachimbo?”). Ao contrário, a leitura de *Abdullah* permite, na verdade, a interpretação de que o que ele perdeu foi seu servo (Lucky), uma vez que, em sua origem em árabe, *Abdullah* significa “*escravo* ou *servo* de Deus”⁸. Em inglês, porém, a referência é completamente reinventada: *Kapp & Peterson* refere-se à maior produtora de cachimbos da Irlanda. A tradução é, nesse caso, mais coerente com a menção anterior de Pozzo: “*What have I done with my pipe?*”.

O segundo exemplo parte do excerto a seguir:

ESTRAGON. – Alors fous-moi la paix
avec tes paysages ! Parle-moi du sous-sol !

VLADIMIR. – Tout de même, tu ne vas
pas me dire que ça (*geste*) ressemble au
Vaucluse ! Il y a quand même une grosse
différence.

ESTRAGON. – Le Vaucluse ! Qui te
parle du Vaucluse ?

VLADIMIR. – Mais tu as bien été dans
le Vaucluse ?

ESTRAGON. – Mais non, je n’ai
jamais été dans le Vaucluse ! J’ai coulé toute ma
chaudepisse d’existence ici, je te dis ! Ici ! Dans
la Merdecluse !

(...) (p. 86)

ESTRAGON: You and your
landscapes! Tell me about the worms!

VLADIMIR: All the same, you can’t
tell me that this [*Geste*] bears any
resemblance to... [*He hesitates*] ... to the
Macon country, for example. You can’t deny
there’s a big difference.

ESTRAGON: The Macon country!
Who’s talking to you about the Macon
country?

VLADIMIR: But you were there
yourself, in the Macon country.

ESTRAGON: No, I was never in the
Macon country. I’ve puked my puke of a life
away here, I tell you! Here! In the Cackon
country!

(...) (p. 52-53)

⁸ Essa é, inclusive, uma interpretação afinada com a quantidade de referências religiosas presentes no texto.

A repetição, marca tão peculiar dessa obra de Beckett, é acentuada na passagem transcrita acima, em ambas as línguas. Há particularidades, contudo, na forma pela qual *Vaucluse* e *Merdecluse* são traduzidos, notadas, de início, pelas substituições inglesas do nome próprio.

Ao começarmos nossa análise pelos nomes presentes na versão francesa, temos de entender o jogo entre *Vaucluse* e *Merdecluse*. O primeiro deles realmente existe: trata-se de um departamento na região provençal francesa. O segundo, no entanto, é visivelmente um jogo de palavras com o primeiro, como nos aponta o aparecimento da palavra *merde*. Temos aqui pelo menos duas possibilidades de interpretação. A primeira, contida no próprio texto, sugere que *Merde(clus)* seja uma referência ao solo tipicamente vermelho encontrado na região, como atesta a fala de Vladimir: “*Mais là-bas tout est rouge!*”/“*Mas tudo lá é vermelho!*” (p. 86). Essa referência é, inclusive, mantida em inglês. Mas uma outra interpretação é possível e diz respeito à insatisfação de Estragon de ter passado sua vida inteira em um lugar ruim, como denotamos de sua expressão no diálogo transcrito.

Por seu turno, a versão em inglês é curiosa: *Macon* e *Cackon country* não só não traduzem o trocadilho existente em francês como também não os substituem por lugares equivalentes. Além disso, se a força do diálogo em francês está justamente no jogo de palavras promovido pela fala de Estragon, ao substituir *Vaucluse* por *Merdecluse*, esse jogo é completamente perdido em inglês. Mais que isso, *Cackon*, se pensarmos em “caca” como substitutivo de “merde”, dialoga não com o leitor anglófono, mas sim com o francófono: basta observar que não há, em inglês, o substantivo “caca” ou algo similar, enquanto o dicionário francês *Le Robert* registra para a entrada desse verbete a seguinte definição: “*n.m. 1. Fam ou lang. enfantin. Excrément.*”.

O diálogo ainda prossegue e encontramos nele um outro tipo de substituição que merece ser discutida:

VLADIMIR. – Pourtant nous avons été ensemble dans le Vaucluse, j'en mettrais ma main au feu. Nous avons fait les vendages, tiens, chez un nommé Bonelly, à Roussillon.

ESTRAGON (*plus calme*). – C'est

VLADIMIR: But we were there together, I could swear to it! Picking grapes for a man called... [*He snaps his fingers*] ... can't think of the name of the man, at a place called... [*Snaps his fingers*] ... can't think of

possible. Je n'ai rien remarqué. (p. 86)

the name of the place, do you not remember?

ESTRAGON: [*A little calmer*] It's possible. I didn't notice anything. (p. 52-53)

Interessa observar que, nesse trecho, sucessor imediato do analisado anteriormente, as alterações assumem uma faceta diferente. Não se trata mais da tradução (ou substituição) de um nome próprio por outro, mas de uma substituição por um dêitico (no caso de “there” – lá, em português) e por circunlocuções nos outros casos. No primeiro caso, temos um resultado muito específico: a repetição do termo *Vaucluse* cessa, em inglês, tendo, portanto, interferência no próprio *modus operandi* que os personagens usam para passar o tempo, lembrando que “(...) as personagens se refugiam na repetição, repetindo suas próprias ações e palavras e frequentemente aquelas de outros para passar o tempo” (WORTON, 2006, p. 69 – tradução minha).

A partir da análise dos dois casos, observa-se que há, em ambos, uma completa reestruturação das condições de correferência: parece haver, por parte do autor/autotradutor uma certa “correção” de seu texto, permitindo o estabelecimento de uma correferência completamente nova. Este aspecto de correção, aliás, não é novidade na tradução. Plaza atenta que

a tradução [...] é emenda, externalização, extrojeção (levar para fora e para frente significados implícitos), *mas ela é também correção*. Tal correção e aperfeiçoamento são possíveis, e mesmo compulsórios, porque a visão que o tradutor tem do original é diacrônica; o tempo e a evolução da sensibilidade deram ao seu eco um poder de preenchimento. A correção feita pelo tradutor está virtual no original, mas apenas ele pode realizá-la (PLAZA, 2008. p. 31 – grifos meus).

O caso de Beckett, especificamente esses analisados, demonstra o caráter corretivo da tradução, ocasionado, dentre outros motivos, pelo próprio distanciamento linguístico e temporal que a tradução oferece ao autor, permitindo-lhe uma instância de correção. Esse aspecto, aliás, parece promover, então, uma diferença entre *autotradução* e *tradução interlinguística*: se, na primeira, o texto traduzido serve de “correção” ao original, na segunda, na “tradução propriamente dita”, não há correção, mas uma tentativa incansável de manutenção do sentido original.

Considerações sobre a análise

De todo o exposto até aqui, surge a necessidade de tecer algumas considerações. A primeira delas é a de que, como evidenciado nos excertos extraídos das obras e cotejados entre si, toda a tentativa de criação de condições de correferência remonta, na verdade, para a constituição de uma *nova* referência. E isso não é fortuito. Se lembrarmos algumas notas do início deste texto, veremos que tal peculiaridade é resultado de uma nova configuração enunciativa: trata-se de um novo leitor, um novo público, um novo *tu*. E, conforme antecipado, uma alteração na estrutura *eu-tu* não pode resultar senão em uma diferença na própria enunciação. É visível que, ao considerar o novo alocutário, Beckett se vê obrigado a, da mesma forma, instituir uma nova referência.

Mas não só a mudança de alocutário deve ser considerada, pois, lembremos, *eu* e *tu* estabelecem entre si uma relação de intersubjetividade, em que um tem efeito sobre o outro. Assim, ao mesmo tempo em que um novo *tu* se faz presente, também um novo *eu* emerge. E esse “novo eu” é marcado no próprio uso linguístico, na especificidade dos mecanismos utilizados pelo autor, que refletem, igualmente, em diferentes “*eus*” dentro da própria obra, uma vez que cada personagem, ao se enunciar, também assume o lugar enunciativo de *eu*. É a especificidade da enunciação escrita de que fala Benveniste.

Além disso, não podemos esquecer um outro elemento da relação triádica – o *ele* – que aqui é vislumbrado em duas dimensões: como o próprio texto e como a língua. Os exemplos citados mostram que, mais do que resultado de uma alteração na configuração enunciativa da relação *eu-tu*, a emergência de nova referência se dá como fruto de sua inserção num contexto maior. Isto é, há nova referência, pois há também a necessidade de adequação a uma nova cena enunciativa, a um novo texto, e também pela própria necessidade imposta por uma nova língua. Estabelecem-se, assim, duas razões, distintas, mas interligadas, para a constituição de nova referência: a primeira, de caráter externo ao texto, ainda que refletida nele, resultado da modificação na instância de enunciação, na relação *eu-tu*; e a segunda, de caráter interno ao texto, resultado de seu próprio *status* como tradução e como *novo* texto.

A segunda consideração diz respeito mais especificamente ao uso linguístico de Beckett, que, nos excertos analisados, surpreende por duas razões. Primeiramente, vemos uma peculiaridade da autotradução: ao transpor sua obra para o inglês, o autor não simplesmente

traduz, mas faz uma alteração que, se feita por outrem (um tradutor, por exemplo), poderia ser vista como uma “má tradução”. Acresce-se a isso o fato de que temos aqui não um caso de *inserção de comentário*, comumente utilizado para esses fins, mas de uma *alteração lexical* bastante específica.

Em termos benvenistianos, esse pode ser visto como um caso emblemático da especificidade da relação entre *forma* e *sentido*, como aludido anteriormente. Beckett faz tal uso da tradução do nome próprio que abala a relação *forma-sentido*, configurando, assim, um engendramento discursivo particular, que, do ponto de vista enunciativo, não pode ser avaliado como boa ou má tradução, visto que a Enunciação descreve os aspectos linguísticos, sem se posicionar de forma avaliativa sobre eles.

Considerações finais

A tentativa de estudar a autotradução derivou da necessidade de se observar o fenômeno no que ele tem de singular. Mais do que uma simples comparação entre obras, o objetivo foi o de entender alguns dos mecanismos que operam na tradução beckettiana, a fim de evidenciar um funcionamento específico. Permanece a certeza, no entanto, de que este trabalho não passa de um pequeno ensaio: vários outros mecanismos poderiam ser tomados como objeto de estudo e isto abre possibilidades futuras de estudo. Ademais, um dos maiores estudiosos da autotradução para Beckett toca o cerne do que considero ser necessário em relação ao estudo de sua obra: o objetivo deve ser

não meramente o de comparar passagens nos textos-gêmeos, não meramente observar diferenças e variante, mas chegar a uma *estética* do bilinguismo e da auto-tradução, ou, ainda melhor, chegar a uma *poética* de tais atividades (FEDERMAN, citado em FITCH, 1988. p.15 – grifos do autor, tradução minha).

Chegar a uma estética do bilinguismo e da autotradução, conforme sugere Federman, está longe das ambições deste trabalho. Creio, contudo, que o que foi aqui proposto possa ser um primeiro passo rumo à observação do fenômeno por um viés que torne possível chegar a tais resultados. E, por falar em resultados, é necessário, neste momento, estabelecer algumas considerações acerca do exposto até aqui.

A primeira questão que chama atenção no trato com os dados é o funcionamento radicalmente específico que a tradução tem relativamente ao original, o que tentei ilustrar pela abordagem dos nomes próprios. O caso de Beckett, como visto, certamente difere de outros neste ponto: os nomes próprios não mais figuram em tal categoria no texto beckettiano, mas são uma verdadeira ferramenta pela qual ele institui todo um processo de criação de nova referência. Tal uso é surpreendente, pois deriva de um elemento normalmente visto como “intraduzível”. Derrida (2002), ao falar do nome *Babel*, chega a uma conclusão perfeitamente afinada com os casos analisados: “é como se existissem aí duas palavras, dois homônimos dos quais um tem valor de nome próprio e o outro de nome comum: entre os dois, uma tradução que se pode avaliar bem diversamente” (p. 23). Tal é o uso específico que Beckett faz do nome próprio e isso pode ser avaliado, em Enunciação, sob dois aspectos: na relação entre *forma* e *sentido*, e na relação entre *semiótico* e *semântico*.

Quanto à *forma* e ao *sentido*, temos, no caso do nome próprio, uma forma que não se cola a um sentido. Tal é a percepção de Jakobson (2003b) ao conceber o nome próprio como um elemento do código que remete ao próprio código. Não há sentido em se dizer “Durance” a não ser se referir a um elemento do mundo que tenha esse nome. No entanto, Beckett, ao traduzir o nome próprio, faz com que ele adquira sentido, e, nesse movimento, o nome próprio não perde seu *status* como tal, mas também assume o *status* de nome comum. É somente por essa destituição que torna o nome próprio um nome comum que se torna possível a tradução. Ao mesmo tempo, a passagem de próprio a comum não existe senão pela tradução. Temos aí um paradoxo que funda um uso singular da linguagem.

É nesses termos que se torna possível pensar o tradutor como uma *função enunciativa*, termo tomado emprestado de Foucault (2005). Para ele, “um enunciado (...) se distingue de uma série qualquer de elementos linguísticos porque mantém com o sujeito uma relação determinada que se deve isolar” (p. 103). Ou seja, sujeito e enunciado estão em uma relação tal que o primeiro exerce uma *função* relativamente ao segundo. Esta *função* é vista pelo filósofo como a instauração de “um modo singular de existência” (p. 99). Tal definição é, no entanto, ampla, e cabe então a pergunta: qual é o modo singular de existência a que o sujeito promove seu enunciado? Em outras palavras, como ele, ao se marcar em seu enunciado, torna-o único?

Relativamente a Beckett, mais especificamente em relação ao caso analisado aqui, de tradução do nome próprio, é possível que tal especificidade – tal *função* – possa ser explicada,

enunciativamente, através das categorias *semiótico* e *semântico*, que, lembremos, são os pilares sobre os quais Benveniste constrói sua breve reflexão sobre tradução.

O nome próprio é, indubitavelmente, um signo da língua. E ser signo, como aponta Saussure (2004), é estar em relação de oposição, ser o que o outro não é no sistema da língua. Aí, se recordarmos a definição benvenistiana de *semiótico*, é precisamente onde se encontra o nome próprio. Ele não significa senão por oposição. Só é elemento da língua porque, antes de tudo, está em uma relação paradigmática e opositiva. Seu valor é, portanto, conceitual e genérico. No entanto, se minha hipótese estiver correta, ao traduzir esse item da língua, Beckett o semantiza, isto é, ao colocar a língua em uso, dá-lhe um sentido específico. Sua função, enquanto tradutor, é justamente, no caso analisado, o de semantização de algo que, teoricamente, só poderia estar no plano do semiótico.

E por que é necessário semantizar o nome próprio? Benveniste mesmo lembra que a única possibilidade da tradução é traduzir o *semantismo* de uma língua para outra. O que resta, o intraduzível, fica no modo semiótico de significação. Isto é, a única forma de fazer com que o nome próprio faça sentido é transpondo-o para um nível semântico de significação, o que Beckett faz, surpreendentemente, através da tradução. Aí parece se encontrar sua *função enunciativa*: *ele promove um modo singular de existência do nome próprio ao fazê-lo passar do semiótico para o semântico via tradução.*

Disso tudo, seria lícito perguntar: o que é estudar, então, o tradutor como função enunciativa? A resposta a isso pressupõe, igualmente, uma reconsideração sobre o que é tradução para a Enunciação. Como afirma ainda Derrida⁹ (op. cit.),

é o conceito usual da tradução que se torna problemático: ele implicava esse processo de restituição, a tarefa (*Aufgabe*) tornava a restituir (*wiedergeben*) o que era inicialmente *dado*, e o que era dado, era, pensava-se, o sentido (DERRIDA, 2002. p. 30).

Para a Enunciação, a tradução não pode ser vista como restituição. Não há como reconstituir algo com o grau de efemeridade de uma enunciação. Além disso, como bem questiona Derrida, o sentido não é *dado*, mas *interpretado*. Não se trata, assim, de restituir um sentido em uma outra língua, mas de, através de um ato interpretativo, produzir uma nova

⁹ Mesmo não sendo teóricos da Enunciação, algumas ideias de Foucault e Derrida são utilizadas por estarem em perfeita sintonia com o pensamento aqui proposto, sem se distanciar do verdadeiro aporte teórico adotado.

enunciação, na qual o sentido não é senão aproximativo do sentido do original. Trata-se, portanto, não de *reconstituir*, mas de *constituir*, em um novo lugar, em uma nova língua, um sentido. A análise do tradutor como função enunciativa deve dar conta, portanto, de observar como o tradutor constrói esses significados, dando a eles, nas palavras de Foucault, um novo modo singular de existência.

Dessas considerações, poder-se-ia ainda indagar: em que medida a Enunciação concebe, então, uma tradução, em detrimento à criação de um novo original, pois, certamente, em Enunciação, tudo é novo a cada vez em que é enunciado? Não pretendo responder essa pergunta de forma hermética, impossibilitando outras respostas que possam vir a se formar à medida que a articulação entre Enunciação e tradução se fizer mais forte, mas proponho alguns elementos que tentam, ao menos momentaneamente, respondê-la.

A relação entre original e tradução não pode ser negada: há algo, um elo que une os dois. Há sempre um ponto de contato entre original e tradução, e esse ponto se dá pelo sentido. É este ponto em que original e tradução se tocam que nos permite considerá-los como tal. Mas, certamente, a tradução, ao menos pelo prisma enunciativo, não é *cópia*, *reprodução* do original. Ela é, justamente por ser uma nova enunciação, já algo novo. Não há melhor exemplo disso do que *Pierre Menard, autor de Quixote*.

Em autotradução, especialmente após as análises propostas para os textos beckettianos, ficaríamos ainda mais tentados a pensar na originalidade da tradução, dadas as inúmeras diferenças que se espalham ao longo do texto do escritor irlandês. Essa, aliás, não é uma consideração inédita sobre os textos de Beckett. Encontramos teóricos que ocupam posições diametralmente opostas em relação a essa hipótese. Mas, de todos, gostaria de recuperar uma passagem em que Brian Fitch se questiona sobre essa possibilidade, e oferece uma possível resposta:

Em vez de ser confrontado com dois textos correspondentes a uma única obra, como no caso de um original e sua tradução, não temos aqui duas obras separadas, cada uma com seu próprio texto? A resposta é não, pela razão óbvia de que *Bing e Ping*, *Still e Immobile*, *Company e Compagnie*, *Le Dépeupleur* e *The lost ones* têm muito em comum. Apesar de ter me detido nas suas diferenças para trazer à tona a especificidade do status das segundas versões, suas semelhanças com as primeiras versões permanecem muito mais numerosas do que as diferenças. Dizer que a relação não é idêntica ou tão próxima quanto aquela de uma tradução com seu original não é negar que realmente existe uma relação entre elas (FITCH, 1988. p. 138, tradução minha).

Fitch constrói seu argumento para justificar a autotradução como ainda uma tradução sobre o fato de que existem mais similaridades do que diferenças entre as duas obras. Como enfatiza o autor, mesmo que haja diferenças radicais entre um texto e outro, há um momento em que eles se tocam. O teórico sugere ainda que, ao traduzir, o que temos é constantemente a produção de um *metatexto*, ou seja, um texto que remete, o tempo inteiro, a outro.

Penso que, em Enunciação, é nesse ponto de convergência, de toque, de metatextualidade que a tradução pode ser considerada desde esse ponto de vista teórico. Se há essa relação de dependência inegável entre um texto e outro, esse laço que os une, há também o espaço para o novo, para o original. Se refizéssemos, finalmente, a pergunta: original ou tradução? A resposta não poderia ser diferente: *os dois*.

À guisa de fechamento, cabe a lembrança de que as considerações aqui feitas são um movimento inicial, que devem ser consideradas em âmbito maior. São necessários ainda muitos outros estudos para que Enunciação e Tradução possam realmente dialogar, entre eles, um estudo que possa estabelecer uma metodologia enunciativa de análise do processo tradutório. Sendo esses exercícios futuros, resta apenas concluir lembrando as palavras de Hagège (1985, p. 47): “(...) o mais surpreendente é que, mesmo que imperfeitamente, mesmo de uma forma aproximativa, continue ser possível traduzir”. E, certamente, ainda traduziremos e estudaremos tradução por muito tempo.

Referências bibliográficas

ASADUDDIN, M. Lost/Found in translation: Qurratulain Hyder as self-translator. **The Annual of Urdu Studies**. Madison, v. 23, p. 234-249, 2008. Disponível em: <<http://www.urdustudies.com/pdf/23/24Asaduddin.pdf>>. Acesso em: agosto de 2008.

BECKETT, Samuel. **En attendant Godot**. Paris: Les éditions de Minuit, 1952.
_____. **Waiting for Godot: a tragicomedy in two acts**. Londres: Faber and Faber Limited, 2006.

BENEDETTI, C.; SOBRAL, A. **Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução**. São Paulo: Parábola, 2003.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes: 1995.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes: 1989.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FITCH, Brian. **Beckett and Babel**: an investigation into the status of the bilingual work. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Sujeito da enunciação* e o esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa. In: NORMAND, Claudine. (Org.) **Paralleles floues**: vers une théorie du langage. (no prelo)

FLORES, Valdir et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HAGÈGE, Claude. **O homem dialogal**: contribuição linguística para as ciências humanas. Lisboa: Edições 70, 1985.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 19º ed. São Paulo: Cultrix, 2003a.

_____. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In : _____. **Essais de linguistique générale** (Les fondation du langage). Paris : Editions de Minuit, 2003b.

PLAZA, Julio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Estudos; 93).

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

STEINER, G. **After Babel**: aspects of language and translation. Londres: Oxford University Press, 1998.

ST-PIERRE, Paul. Translation as writing across languages: Samuel Beckett and Fakir Mohan Senapati. **TTR**, v. 9, n. 1, p. 233-257, 1996. Disponível em: <www.erudit.org/revue/ttr/1996/v9/n1/037246ar.pdf>. Acesso em: agosto de 2008.

WORTON, Michael. Waiting for Godot and Endgame: theatre as text. In: PILLING, John. **The Cambridge companion to Beckett**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. (Cambridge companions to Literature).